

# Atendimento Educacional Especializado: revisão bibliográfica em base nacional

## *Specialized Education Services: literature review on a national basis*

Vera Lúcia Messias Fialho Capellini<sup>1</sup>

Rita de Cássia Tibério Araújo<sup>2</sup>

Gabriely Cabestré Amorim<sup>3</sup>

### Resumo

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma temática que vem sendo estudada com frequência, principalmente após o Decreto n°. 6.571 de 2008. A proposta do presente estudo foi realizar uma revisão bibliográfica sobre o AEE nas bases de dados nacionais, sem delimitar o período para pesquisa, bem como identificar temáticas relacionadas ao tema central. Como critério de inclusão foi utilizado o unitermo “atendimento educacional especializado”, sendo que na base de Periódicos da Capes foram encontrados trinta e dois, no SciELO quinze e cem na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Devido ao número de trabalhos, optou-se nesta pesquisa a utilização da base de dados da BDTD. Foram considerados apenas os trabalhos que continham as palavras “atendimento”, “atendimento educacional especializado” e/ou “sala de recursos” no título ou palavras-chave, com esse segundo filtrou foram encontrados vinte e oito trabalhos, sendo o primeiro registro em 2000, portanto pode-se concluir que se trata de um tema atual. Os resultados foram agrupados em sete categorias,: 1) caracterização; 2) tipo de pesquisa; 3) lócus; 4) níveis de ensino; 5) participantes; 6) público alvo da pesquisa sobre o AEE; e, 7) temáticas relacionadas ao AEE. Pode-se concluir que há pesquisas sobre a temática, porém pouco tem se pesquisado especificamente nas etapas escolares da há educação infantil e ensino superior. Foi possível constatar um predomínio de pesquisas voltadas para a deficiência intelectual. A coleta de dados foi predominantemente por entrevistas. Necessita-se de novas pesquisas em outras bases de dados para uma nova revisão bibliográfica das pesquisas realizadas acerca da temática.

**Palavras-chave:** Atendimento Educacional Especializado. Educação Especial. Educação Inclusiva. Deficiência.

---

<sup>1</sup> Professora livre-docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Unesp/Bauru.

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, *campus* Marília.

<sup>3</sup> Aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação (mestrado) da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, *campus* de Marília.

Contatos: vlmfcapellini@gmail.com; ritac@marilia.unesp.br; gcabestre@gmail.com

## Abstract

The Specialized Educational Services (SES) is an issue that has been studied frequently, especially after the Decree 6571 of 2008. The purpose of this study was to conduct a literature review on the ESA in national databases without specifying the period to research and identify issues related to the central theme. The inclusion criterion was used unitermo “specialized education” and in the Journals base Capes were found thirty-two, in SciELO fifteen hundred in the Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD). Due to the number of jobs, it was decided in this study the use of BDTD database. Just been taken of work containing the words “care”, “specialized education” and/or “resource room” in the title or keywords, with this second filtered found twenty-eight work, with the first record in 2000 therefore it can be concluded that this is a current topic. The results were grouped into seven categories: 1) characterization; 2) type of research; 3) locus; 4) levels of education; 5) participants; 6) public target of research on the ESA; and 7) issues related to the ESA. It can be concluded that there is research on the topic, but little has been studied specifically in school there are stages of early childhood education and higher education. It was established a research predominantly focused on intellectual disabilities. Data collection was made predominantly by interviews. It needs further research in other databases to a new literature review of research conducted on the theme.

**Keywords:** Specialized Educational Services. Special Education. Inclusive Education. Deficiency.

## Introdução

A proposta de 2008 da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva foi consolidada com o Decreto nº 6.571, por versar sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), ressaltando a necessidade de o aluno com deficiência estar matriculado e frequentar a sala de ensino regular.

O AEE é definido como um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógico para complementar e/ou suplementar o ensino regular, portanto, não tem caráter substitutivo, e sim auxiliar. O atendimento implica na eliminação de barreiras que possam existir ao aluno com deficiência (BRASIL, 2008a).

Outro fator importante a ser ressaltado é o público do AEE, o qual, de acordo com a Lei 12.796 (BRASIL, 2013), deverá ser “gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino”.

O atendimento deve ser gratuito e em todos os níveis de ensino, ou seja, da educação infantil ao ensino médio, fazendo-se necessário compreender seu lócus, conforme Art. 5º da Resolução nº 4 de 2009:

O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola do ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos [...]. (BRASIL, 2009)

Portanto, fica inferido, ao utilizar a palavra “prioritariamente”, que o lócus principal é a sala de recursos multifuncionais, e caso a escola não possua tal ambiente, o atendimento deverá acontecer em outra unidade escolar que possua a sala, também podendo ocorrer em outras instituições, desde que comunitárias ou filantrópicas.

Apesar da existência dessas definições, observam-se lacunas no que é colocado pela legislação, especialmente em relação à sua organização e funcionamento. Isso decorre em razão dos diversos contextos encontrados no dia a dia, como a falta de Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) nas escolas de educação infantil, sendo o atendimento feito pela itinerância, conforme proposta de 2006:

Na educação infantil, os serviços de apoio pedagógico especializado poderão ser desenvolvidos por professor itinerante especializado em educação especial e infantil, que participará da observação e do acompanhamento do processo de desenvolvimento e aprendizagem nas atividades escolares, avaliará e ajudará a elaborar objetivos, a delinear os conteúdos, as estratégias e procedimentos relativos à dinâmica da sala de aula e de toda a rotina escolar. Inclui-se, nessa forma de apoio pedagógico especializado, o professor intérprete das linguagens e códigos necessários à aprendizagem, à comunicação e locomoção. (BRASIL, 2006, p.33)

O delineamento dos atendimentos não é bem explicitado, portanto, cabe a cada município a adequação do AEE conforme a realidade em que se vive. Porém, isso causa alguns equívocos na proposta do atendimento, tornando-se muitas vezes substitutivo ao ensino regular.

Devido a esse panorama, consideram-se relevantes pesquisas de estudos sobre o AEE, visando explorar e identificar por quais trilhas estão caminhando as pesquisas na área. De acordo com Jesus (2013), poucas temáticas têm repercutido na educação especial quanto o AEE.

Manzini (2013) relaciona alguns estudos em diversos enfoques sobre a temática, sendo eles: o papel da sala de recurso para alunos com deficiência intelectual (DI); programa de leitura e escrita individualizado para DI; *softwares* para alunos surdos e deficientes visuais (DV); trajetória dos profissionais que atuavam em classes hospitalares; atendimento nas classes hospitalares; estrutura e funcionamento do atendimento; ambiente e rotina da sala especial dentro da instituição especializada; uso de recursos tecnológicos no Serviço de Apoio Pedagógico Especializado; atendimento aos alunos com altas habilidades ou superdotação; prática pedagógica com alunos com deficiência; e contribuição das SRM.

Conforme foi apresentado, há várias temáticas relacionadas ao AEE, portanto, o objetivo do estudo foi realizar uma revisão bibliográfica nas bases nacionais sobre o AEE sem delimitar período para pesquisa, bem como identificar temáticas relacionadas ao tema central.

## **1 Metodologia**

A revisão bibliográfica aconteceu no mês de outubro de 2013 e foi realizada em três bancos de dados: Periódicos da Capes, SciELO e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Para a busca, não foi estabelecido um período, levando-se em consideração a intencionalidade de mapear o desenvolvimento de pesquisas na temática.

## **2 Critérios de inclusão**

O unitermo utilizado para a pesquisa foi “atendimento educacional especializado”. Na base de Periódicos da Capes, foram encontrados trinta e dois trabalhos; no SciELO, quinze; e cem na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações.

Foram considerados apenas os trabalhos que continham as palavras “atendimento”, “atendimento educacional especializado” e/ou “sala de recursos” no título ou nas palavras-chave, pois muitos trabalhos encontrados na busca pela

base de dados não eram totalmente relacionados ao AEE em si, e sim a outras vertentes, passando de forma sucinta e rápida pelo objeto da pesquisa. Com esse segundo filtro, foram encontrados vinte e oito trabalhos.

### 3 Coleta de dados e procedimentos para análise de dados

Optou-se por analisar a base da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações devido ao número significativo de trabalhos, porém, fez-se necessário um refinamento no filtro de pesquisa. Após definir os vinte e oito trabalhos que seriam analisados, dois não estavam disponíveis para leitura, pois os direitos autorais estavam preservados pelo autor, e um trabalho estava repetido. Portanto, a leitura consistiu em vinte e cinco trabalhos.

Com o resultado obtido, buscou-se identificar uma correlação entre as publicações de dissertações e teses, ou seja, uma correspondência entre as informações alcançadas. Dessa forma, foi possível a criação de sete categorias de conteúdo, sendo elas: caracterização, tipo de pesquisa, lócus, níveis de ensino, participantes, público-alvo da pesquisa sobre o AEE e temáticas relacionadas ao AEE. No Quadro 1, consta o detalhamento das categorias para a análise dos dados.

Quadro 1: Categorização – Análise de dados

Categoria		Descrição
1	Caracterização	Contempla o ano da pesquisa, a universidade onde foi realizada, o orientador, o programa/nível e a cidade onde foi realizada a coleta de dados.
2	Tipo de pesquisa e instrumentos utilizados	Contempla os tipos de pesquisas que estão sendo realizadas acerca da temática, bem como os instrumentos utilizados para coleta de dados.
3	Lócus	Contempla o local onde são realizadas essas pesquisas.
4	Níveis de ensino	Contempla em quais níveis de ensino pesquisa-se mais sobre o tema.
5	Participantes	Contempla os participantes da pesquisa (quem oferece os dados para tal estudo).
6	Público alvo da pesquisa sobre o AEE	Contempla quem está pesquisando, o público-alvo da pesquisa do AEE.

7	Temáticas relacionadas ao AEE	Contempla o objeto de estudo, que é o AEE. Dentro desse objeto, há várias temáticas específicas que foram o objetivo dos estudos encontrados, ou seja, são vários os temas correlacionados ao AEE, objetivando não só o atendimento em si, mas itens específicos e bem determinados dentro do atendimento.
---	-------------------------------	--

Fonte: O próprio autor.

## 4 Resultados

Considerando que este estudo objetivou realizar uma revisão bibliográfica sobre o AEE na base de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, foram analisados vinte e cinco trabalhos, conforme os critérios de inclusão estabelecidos na metodologia. Os resultados e discussões serão apresentados conforme as categorias criadas.

Na primeira categoria, “Caracterização”, pode-se observar que houve um aumento nas publicações no período de 2009 a 2012 (Figura 1).

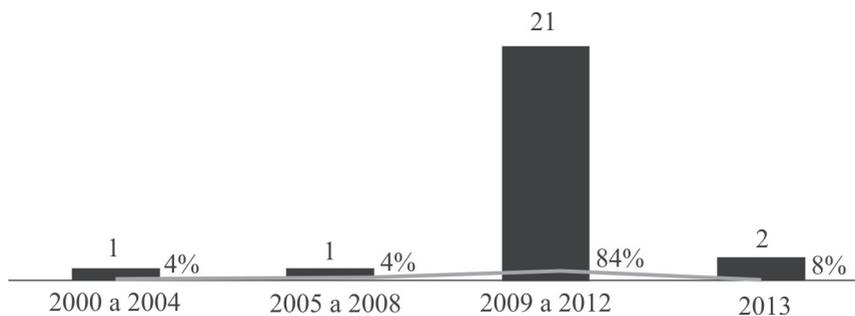


Figura 1 - Pesquisas no período (de 4 anos)

Fonte: O próprio autor.

Possivelmente, esse aumento significativo deve-se ao Decreto nº 6.571, de 2008, posteriormente revogado pelo Decreto nº 7.611, de 2011, que apresentou o AEE “como um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos”, que até então era desconhecido, surgindo assim uma necessidade e curiosidade de pesquisar sobre tal temática.

As vinte e cinco pesquisas foram desenvolvidas em dezesseis universidades, em nove estados brasileiros. As três universidades com mais trabalhos desenvolvidos na área foram a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (24%), a Universidade de São Paulo – USP (16%) e a Universidade Tuiuti Paraná – UTP (8%); as demais apresentaram apenas um trabalho na área.

Quadro 1 - Universidades em que foram desenvolvidas as pesquisas

<b>Universidades</b>	<b>Qtd</b>	<b>%</b>
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	6	24%
Universidade de São Paulo	4	16%
Universidade Tuiuti Paraná	2	8%
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	1	4%
Universidade Católica de Campinas	1	4%
Universidade de Brasília	1	4%
Universidade Estadual de Campinas	1	4%
Universidade Estadual de Londrina	1	4%
Universidade Estadual de Ponta Grossa	1	4%
Universidade Estadual do Ceará	1	4%
Universidade Federal de Juiz de Fora	1	4%
Universidade Federal de São Carlos	1	4%
Universidade Federal do Espírito Santo	1	4%
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	1	4%
Universidade Federal do Rio Grande	1	4%
Universidade Presbiteriana Mackenzie	1	4%
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>100%</b>

Fonte: O próprio autor.

Com relação à orientação da pesquisa, foram observados diferentes orientadores (21) para as vinte e cinco pesquisas (Quadro 2). Relacionando a universidade com o orientador, foi possível identificar uma predominância de um orientador (16%) na UFRGS. Os trabalhos desenvolvidos sob orientação do Prof. Dr. Cláudio Roberto Baptista são participantes do seu grupo de estudo intitulado Núcleo de Estudos em Políticas de Inclusão Escolar (NEPIE). Também houve a predominância na USP do orientador Prof. Dr. Marcos José da Silveira Mazzotta (8%).

Quadro 2 - Orientador das pesquisas desenvolvidas

<b>Orientador</b>	<b>Qtd</b>	<b>%</b>
Cláudio Roberto Baptista	4	16%
Marcos Jose da Silveira Mazzotta	2	8%
Adriana da Silva Thoma	1	4%
Bettina Steren dos Santos	1	4%
Denise Meyrelles de Jesus	1	4%
Edna Antonia de Mattos	1	4%
Elizabeth Adorno de Araújo	1	4%
Enicéia Gonçalves Mendes	1	4%
Gilmar de Carvalho Cruz	1	4%
Liliana Maria Passerino	1	4%
Lúcio de Brito Castelo Branco	1	4%
Maria Arlete Rosa	1	4%
Maria Cristina Marquezine	1	4%
Maria Luisa Sprovieri Ribeiro	1	4%
Maria Teresa Eglér Mantoan	1	4%
Monica de Carvalho Magalhães Kassar	1	4%
Rita de Cassia Barbosa Paiva Magalhães	1	4%
Rosângela Gavioli Prieto	1	4%
Sandino Hoff	1	4%
Sonia Maria Clareto	1	4%
Susana Inês Molon	1	4%
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>100%</b>

Fonte: O próprio autor.

Sobre o programa e nível, foi possível identificar maior concentração das pesquisas no Programa de Pós-Graduação em Educação (84%), mesmo com o AEE tendo parcerias com instituições conveniadas como a APAE e SORRI, além de oferecer atendimento com equipe multidisciplinar ligada à área da saúde. Foi maior a concentração no nível mestrado (80%), conforme o Quadro 3.

Quadro 3: Programas de pós-graduações nos quais foram desenvolvidas as pesquisas

<b>Programa</b>	<b>Nível</b>	<b>Qtd</b>	<b>%</b>
Pós-graduação em Administração Escolar	Doutorado	1	4%
Pós-graduação em Distúrbios do Conhecimento	Mestrado	1	4%
Pós-graduação em Educação	Doutorado	3	84%
	Mestrado	18	
Pós-graduação em Educação Especial	Mestrado	1	4%
Pós-graduação em Sociologia	Doutorado	1	4%
<b>Total</b>		<b>25</b>	<b>100%</b>

Fonte: O próprio autor.

Pode-se inferir que o baixo número de estudos no nível doutorado se deve a pesquisas em andamento. Considerando-se que o maior número de pesquisas está concentrado no período de 2009 a 2013 e que no doutorado são quatro anos para defesa, no ano de 2014 podem ocorrer várias publicações voltadas para o AEE.

Quanto à cidade em que foi desenvolvida a pesquisa, houve maior número de publicações nas cidades de Porto Alegre (12%), Santa Maria (8%), São Bernardo (8%) e São Paulo (8%). Algo a ser destacado é que em 20% dos resumos lidos não consta local/cidade onde a pesquisa foi realizada.

Quadro 4: Local/Cidade onde foram desenvolvidas as pesquisas

<b>Local</b>	<b>Qtd</b>	<b>%</b>
Não consta	5	20%
Porto Alegre	3	12%
Santa Maria	2	8%
São Bernardo	2	8%
São Paulo	2	8%
Caieras	1	4%
Campo Grande	1	4%
Campo Largo	1	4%
Distrito Federal	1	4%
Gravataí	1	4%
Guarapuava	1	4%
Juazeiro do Norte	1	4%
Paraná	1	4%
Pelotas	1	4%
Rio Claro	1	4%
São Mateus	1	4%
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>100%</b>

Fonte: O próprio autor.

Essa categoria possibilitou a caracterização da pesquisa no âmbito da universidade, orientador, programa, nível, além da cidade em que foram desenvolvidos os estudos. Porém, é notório que existem outros estudos voltados ao AEE, como pesquisas relacionadas ao Observatório Nacional de Educação Especial (ONEESP): estudo em rede nacional sobre as salas de recursos multifuncionais nas escolas comuns. No entanto, foi encontrado apenas um trabalho relacionado à Universidade Federal de São Carlos (Ufscar). Tal situação pode ser em decorrência de as palavras-chave ou título não contemplarem as palavras utilizadas como critério de inclusão, ou ainda pela possibilidade das bases de dados (Capes, SciELO e BDTD) não estarem em consonância.

Na segunda categoria, denominada “Tipo de pesquisa e instrumentos utilizados”, foi possível identificar que 88% são pesquisas de campo, sendo quatro no nível doutorado e dezoito no nível mestrado, totalizando vinte e dois trabalhos. Identificaram-se 12% das pesquisas como bibliográficas, sendo uma no nível doutorado e duas no nível mestrado, durante os períodos de 2005 a 2008 e 2000 a 2009.

Dos instrumentos utilizados e citados nos resumos, foi possível concluir, assim como Manzini (2012), que a entrevista ainda é um dos procedimentos mais utilizados em pesquisas em Educação, pois 44% dos instrumentos utilizados foram unicamente entrevistas – 24% utilizaram mais de um instrumento (entrevista, diário de campo, questionário e observação), 20% não relataram no resumo qual foi o instrumento utilizado na coleta de dados, 8% utilizaram exclusivamente o grupo focal e 4%, somente o questionário.

A terceira categoria é o lócus em que a pesquisa foi realizada. Identificaram-se três subcategorias: não consta (12%); em instituições (8%), como APAE e CAES; ou na área pública (80%), que engloba rede municipal, programa de superdotado, Escola Incluir e escola estadual em tempo integral, conforme Quadro 5.

Quadro 5 - Lócus das pesquisas desenvolvidas

<b>Categoria</b>	<b>Qtd</b>	<b>%</b>	<b>Lócus</b>
Não consta	3	12%	Não consta
Instituição	1	8%	APAE
	1		CAES (Centro de Atendimento Especializado na área da Surdez)
Pública	17	80%	Rede municipal
	1		Programa Atendimento Superdotado
	1		Escola Incluir
	1		Escola estadual em tempo integral
<b>Total</b>	25	100%	

Fonte: O próprio autor.

Pode-se observar que 80% das pesquisas são desenvolvidas pela rede municipal pública, talvez pela facilidade no contato e coleta de informações; além disso, os alunos estão matriculados no ensino público na classe comum, o que possibilita um maior alcance do público-alvo.

A quarta categoria é referente ao nível de ensino em que foi desenvolvida a pesquisa. Identificou-se um maior número no ensino fundamental, porém, em muitos resumos, não constava em qual nível de ensino foi realizado o estudo (Figura 7).

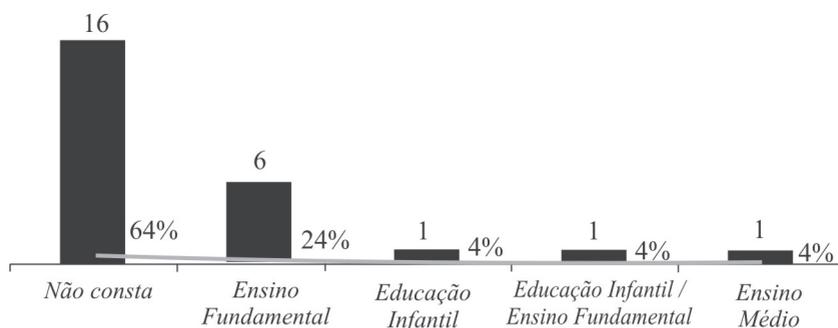


Figura 7 - Pesquisas desenvolvidas por nível de ensino

Fonte: O próprio autor.

Atualmente, é garantida a educação a todos, porém, as pesquisas sobre os programas inclusivos na educação infantil são escassas (MENDES, 2010). Tal citação pode ser validada pelos dados encontrados nesta pesquisa.

A educação infantil é uma etapa rica para o desenvolvimento de competências básicas para os ciclos subsequentes, portanto, são imprescindíveis pesquisas nessa etapa escolar que dará subsídio para as demais. Acreditamos que outra etapa importante pouco pesquisada é o ensino médio, talvez por acreditarem que a pessoa com deficiência raramente chegará a essa etapa escolar, pelas limitações e barreiras que o próprio sistema impõe. No entanto, seriam de grande valia estudos voltados para a primeira etapa até a última, podendo, assim, identificar os alunos que concluem todo ciclo.

A quinta categoria trata dos participantes da pesquisa, ou seja, de quem participou da coleta de dados.

Quadro 6 - Participantes das pesquisas desenvolvidas

<b>Participantes</b>	<b>Qtd</b>	<b>%</b>
Somente professores do AEE	9	36%
Não consta	4	16%
Professores do AEE e professores do ensino comum	3	12%
Professores do AEE, professores do ensino comum e alunos	2	8%
Somente professores do ensino comum	1	4%
Professores do ensino comum e alunos	1	4%
Profissionais de instituições	1	4%
Gestão educacional	1	4%
Gestão educacional, professores e alunos	1	4%
Professores do AEE, professores do ensino comum, coordenador pedagógico e diretor	1	4%
Professor do AEE e coordenador	1	4%
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>100%</b>

Fonte: O próprio autor.

Segundo Laplane et al. (2013, p. 6):

a profusão de trabalhos que enfocam o modelo tradicional de organização da sala de aula (professor-alunos) contrasta com a quase total ausência de pesquisas que se debruçam sobre modelos de ensino que implicam a presença de outros participantes, como auxiliares, professores itinerantes ou intérpretes.

Entretanto, esse dado foi alterado, por conta do grande interesse em se pesquisar sobre a educação especial, além de os decretos e a legislação instigarem os pesquisadores a compreender como acontece esse movimento na educação. Com este estudo, foi possível identificar que 36% utilizam como participantes apenas o professor do AEE (itinerante) e 12% incluem junto a este o professor do ensino comum.

A sexta categoria abordou o público-alvo da pesquisa.

Quadro 7: Público-alvo das pesquisas desenvolvidas

<b>Público da pesquisa</b>	<b>Qtd</b>	<b>%</b>
Não consta	10	40%
Deficiência intelectual	5	20%
Aluno público alvo da educação especial	3	12%
Deficiência auditiva	3	12%
Alunos em situação de fracasso escolar	1	4%
Deficiência visual	1	4%
Deficiência “mental”, auditiva e visual	1	4%
Superdotado	1	4%
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>100%</b>

Fonte: O próprio autor.

Nunes et al. (2004) relataram o número expressivo de trabalhos (dissertações e teses) sobre pessoas com deficiência mental<sup>4</sup>. Com a pesquisa realizada, foi possível reafirmar o interesse de pesquisadores na área da deficiência intelectual, totalizando 20%. Mas esse número pode ser maior, já que 40% dos trabalhos não constam no público da pesquisa.

A sétima e última categoria abordou as temáticas relacionadas ao AEE – 68% dos estudos não continham nenhuma temática específica. Pode ser pelo fato de tratar-se do atendimento de forma ampla e global, ou seja, a sua organização e funcionamento, sem especificar uma deficiência ou um método utilizado nos atendimentos.

---

<sup>4</sup> Termo utilizado pelos autores.

Quadro 8: Temáticas abordadas nas pesquisas desenvolvidas

<b>Estudo</b>	<b>Qtd</b>	<b>%</b>
Não consta	17	68%
Implantação da SRMs	2	8%
Prática do Professor do AEE	2	8%
Comunicação Alternativa e Suplementar	1	4%
Concepção professor	1	4%
Encaminhamento a sala de recursos	1	4%
Formação do Professor do AEE	1	4%
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>100%</b>

Fonte: O próprio autor.

Há um número alto de trabalhos que não constam nas temáticas abordadas nas pesquisas, especificamente nos resumos, e isso dificulta uma análise dos temas mais recorrentes. Alguns deles constam no levantamento realizado por Manzini (2013), que foi apresentado no início deste trabalho.

Sobre a formação de professores, Mendes (2004, p. 227) afirma que “é um dos pilares para a construção da inclusão escolar, pois a mudança requer um potencial instalado, em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que possa ser posta em prática”. Portanto, pesquisas voltadas para a formação de professores são importantes para promover possíveis mudanças, ou até mesmo influenciar em sua prática.

### **Considerações finais**

Trata-se de um tema que gera muita discussão e especulação em compreender como se dá o atendimento em todos os níveis, etapas e modalidades.

Pode-se verificar, com a realização deste estudo, que há poucas publicações na base de dados em questão. Há duas hipóteses para isso: o pesquisador não teve o cuidado em escolher as palavras-chave relacionando o trabalho exatamente ao AEE ou a base de dados não está atualizada, o que é um fator preocupante.

Observou-se que, na elaboração dos resumos, não constavam itens fundamentais para despertar e causar envolvimento ao leitor em querer ver toda a obra, ou seja, não constavam local, participantes, objeto de estudo, entre outros itens fundamentais. Vale ressaltar que as pesquisas em questão são dissertações

e teses, nas quais o cuidado deveria ser maior, já que não há limite de páginas, como em casos de artigos, o que justificaria a falta de alguma informação, por conta do espaço limitado.

Foi possível confirmar que a entrevista é o instrumento mais utilizado em pesquisas voltadas à Educação. Há um predomínio de estudos voltados à deficiência intelectual e os participantes mais comuns são os professores do AEE e o professor comum. Há pouquíssimas pesquisas voltadas à educação infantil e ao ensino médio.

Com esta pesquisa, foi possível compreender um pouco mais sobre as pesquisas voltadas ao AEE, porém, este estudo voltou-se para apenas uma base de dados. Seria interessante, futuramente, pesquisar nas outras bases, para confrontar as informações obtidas.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. *Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado*. Brasília, DF: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Institui o atendimento educacional especializado. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/Decreto/D6571impresao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6571impresao.htm)>. Acesso em: 12 dez. 2014

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Resolução nº. 4, de 2 de Outubro de 2009*. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 out. 2009. Seção 1, p. 17.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 12.796/2013*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2015

JESUS, D. M. *Prática pedagógica na educação especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado*. 2.ed. Araraquara: Junqueira & Marins. 2013.

LAPLANE, A.L.F. de.; LAPLANE, C.B.F. de.; KASSAR, M. de C. M. *Abordagem qualitativa de pesquisa em educação especial: contribuições da etnografia*. 2013. Disponível em: <[http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/minicursos/GT15texto\\_minicurso.pdf](http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/minicursos/GT15texto_minicurso.pdf)> Acesso em: 11 de dez. 2013.

MANZINI, E. J. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em Educação. *Revista Percurso – Nemo*, Maringá, v. 4, n. 2, p. 149-171. 2012.

MANZINI, E. J. *Possíveis variáveis para estudar as salas de recursos multifuncionais*. In: JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M. (Orgs.). *Prática pedagógica na educação especial (recurso eletrônico): multiplicidade do atendimento educacional especializado*. 2. ed. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2013, p. 1-34.

MENDES, E. G. *Construindo um “lôcus” de pesquisas sobre inclusão escolar*. In: \_\_\_\_\_; ALMEIDA, M. A.; WILLIAMS, L. C. de. *Temas em educação especial: avanços recentes*. São Carlos: EdUFSCAR, 2004. p. 221-230.

MENDES, E. G. *Inclusão marco zero: começando pelas creches*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010.

NUNES, L. R. O. P.; FERREIRA, J. R.; MENDES, E. G. *A produção discente da pós-graduação em Educação e Psicologia sobre o indivíduo com necessidades educacionais especiais*. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; WILLIAMS, L. C. A. (Orgs.). *Temas em Educação Especial: avanços recentes*. São Carlos: EdUFSCAR, 2004. p. 131-142.

**Data da submissão:** 28/01/2015

**Data do aceite:** 03/03/2015